

As empresas que nascem em momentos difíceis da economia de um país estão posicionadas para que na retomada económica dêem grandes saltos e se afirmem no mercado

Eugénio Viassa Monteiro / Professor da AESE e presidente da AAPI

A inclusão social requer empreendedores

Um primeiro-ministro da Ásia, ao tomar posse do cargo, disse: “A primeira responsabilidade do meu Governo é para com os mais pobres.” É bom ver dirigentes que sabem qual a sua missão e responsabilidades. A inclusão de toda a sociedade nos frutos do crescimento económico é, em muitos sítios, uma ideia-força assumida pelo cidadão vulgar, que vai formando a opinião pública e da qual o Governo se apropria e lhe dá peso e eficácia. Apesar de não ser muito rápido, por se tratar de uma república democrática com cerca de 1,300 milhões de cidadãos, vi como na Índia se está a processar a inclusão, de há algum tempo.

Logo após a grande abertura à iniciativa empreendedora interna e externa, em competição, ocorrida em 1991 – fracassado o intervencionismo que vinha desde a independência –, houve um alto crescimento económico, criado pelas forças empreendedoras do país, que se sentiram chamadas a tomar parte activa. Contudo, o crescimento não beneficiou todos por igual, e os mais pobres e menos instruídos ficaram à margem.

E como se está a fazer a inclusão na Índia? Em etapas sucessivas e sobrepostas, que levarão o seu tempo, mas é preciso começar, com a mobilização de todos: – Primeiro, fez-se obrigatório o ensino dos 6 a 14 anos; e, depois, transformado num ‘direito’, para que quem não tivesse acesso a uma escola pudesse reclamar o seu direito, para o Governo proporcionar ensino em qualquer local, mesmo recôndito, da Índia.

Há três anos já estavam 96,3% da população na escola e a aprender. Ajudou ser obrigatório dar a refeição do almoço nas escolas, públicas e privadas. Sendo o ensino privado muito barato, para absorver os gastos do almoço, surgiram fundações e donativos, para facilitar a vida às escolas privadas, contribuindo para a generalização real do ensino.

Apesar do intervencionismo, de 1947 a 1991, houve uma chispa de inteligência: o Estado suportou parte dos encargos, pagando directamente aos professores das escolas privadas, desde que com as habilitações exigidas e com um mínimo de alunos, como em qualquer escola pública. Esta medida facilitou a rápida expansão do ensino privado, elevando os padrões de exigência e de qualidade.

Note-se que o indiano é ávido de aprender, e a dinâmica classe média a crescer fez que os estudantes no ensino superior rapidamente passassem dos 12,8 milhões em 2007 para 26 milhões em 2013, número que era previsto alcançar só em 2020! A expectativa agora é que em 2020 se chegue aos 40 milhões nos estudos superiores.

A instrução é a arma mais poderosa para se sair da pobreza, dando as bases para se singrar na vida, para se aprender mais e melhorar a situação económica.

– Para a inclusão ser real, há que dar acesso à saúde: às vacinações e atenção pré e pós-natal, da mãe e dos filhos; acesso aos serviços de saúde posteriores, ao longo da vida, e acesso aos fármacos necessários.

– A inclusão fica completa se, com instrução e formação técnico-profissional e com a saúde, cada jovem pode ter um trabalho que lhe permita ganhar para ter uma vida decente. Daí a permanente necessidade de criar as condições para que os empreendedores invistam e criem postos de trabalho, em todos os sectores. Fomentar a iniciativa é prioritário, pois só ela pode criar trabalho e riqueza. A burocracia e a administração não criam riqueza, mas são necessárias para se ter a ‘casa arrumada’, para o país poder crescer.

Quando a sociedade é capaz de reconhecer e agradecer aqueles que lançam bons negócios e empresas, elevando o bem-estar de toda a zona da sua influência, com o trabalho e a riqueza que criam, é quando a juventude se vê impelida a imitar os seus ‘modelos’ de acção, a pensar em arriscar o seu dinheiro, lançar novas iniciativas, saindo da sua zona de conforto.

Há quem defenda que se deve ensinar a empreender nos bancos da escola – estimulando aí a criatividade, incidindo no fazer prático, onde se aprende a melhorar e encontrar aplicação e utilidade a diversos artefactos fabricados –, fazendo apreciar a virtude do trabalho e da entretajuda, dando notoriedade e valorizando as pessoas que deixaram rasto com as suas realizações. Outros são pela criação de ‘escolas de empreendedores’, local de encontro de pessoas focadas nos seus objectivos, que recebem estímulo para as ideias na troca de impressões e na aprendizagem com os colegas com interesses convergentes.

É de grande ajuda uma regulamentação amiga de empreender. Não se trata de fazer favores, nem criar condições especiais, mas de retirar obstáculos desnecessários, para deixar que a vontade de fazer não se esfume com as burocracias, por vezes absurdas. O programa Make in India está a arejar o ambiente, fazendo-o mais convidativo para o empreendedor que quer servir um vastíssimo mercado de consumidores. O complemento do Skill India, com trabalhadores que receberam preparação para o exercício das diversas profissões, facilita o produzir bem. Falta depois que as instituições financeiras sejam rápidas. As empresas que nascem em momentos difíceis da economia de um país, estão posicionadas para que na retomada económica dêem grandes saltos e se afirmem no mercado. ▽

